

**ELITES SINDICAIS:
COMPARANDO BRASIL E FRANÇA**

Leonardo José Ostronoff

Doutorando Sociologia USP

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa através de uma comparação entre as elites sindicais francesas e brasileiras que hegemonizaram a década de 80 nesses países, demonstrar como a diferente influência ideológica resultou em uma diferente situação para o sindicalismo desses países, trazendo também uma importante reconstrução do tabuleiro político sindical brasileiro desde 1978 até os dias de hoje. Para tanto, selecionei duas centrais de relevância na história das entidades sindicais: A CUT (Central Única dos Trabalhadores) e a CGT (Confédération Générale du Travail). A escolha também foi feita baseada na ideologia dessas centrais, de orientações da esquerda do campo político. A CUT foi fundada em 1983, já a CGT em 1895. O objetivo é mostrar como a ideologia comunista da CGT atrapalhou a compreensão dessa central sobre as mudanças no trabalho e no contexto de vida dos trabalhadores, e por sua vez, como a influência da Teologia da Libertação sobre a CUT permitiu outra sorte para essa central. Importa dizer que tal artigo é uma parte da minha pesquisa de doutorado, onde já faz dois anos e meio que realizo uma observação participante no Sindicato dos Bancários de São Paulo. Até então, entrevistei 16 diretores sindicais.

AS ELITES SINDICAIS: BRASIL E FRANÇA

Boltanski (1999), com base em suas pesquisas na França, nos traz uma grande contribuição. Para este autor, o sindicalismo francês teve dificuldades em compreender as mudanças provocadas pelos deslocamentos do capitalismo, o que dificultou a avaliação das novidades e retardou a percepção dos efeitos que estas tiveram. Segundo este autor:

“Uma das razões da lentidão dessa reação reside na desconstrução das formas e das modalidades de criação de equivalências que, por um lado, possibilitavam a comparação das situações e, por conseguinte, estimulavam o sentimento de solidariedade e favoreciam as mobilizações coletivas e, por

outro, forneciam instrumentos para interpretar as medidas e iniciativas da gestão empresarial.” (BOLTANSKI, 1999: 311)

Ainda segundo o mesmo autor, o modelo de ação sindical francês se tornou obsoleto diante desse novo contexto:

“Era como se as instâncias que respaldavam a crítica social já não dispusessem dos instrumentos intelectuais necessários para compreender o que estava sendo criado, instâncias que, por uma espécie de isomorfismo, se haviam constituído na coexistência com o mundo industrial dominado pela grande empresa planificada que o patronato estava justamente revolucionando” (BOLTANSKI, 1999: 300)

Havia uma cegueira no movimento sindical francês em compreender as novas preocupações dos assalariados, portanto de defendê-los, devido ao desconhecimento de certas profissões ou categorias. O comunismo da CGT (Central Geral dos Trabalhadores) e seu sindicalismo classista não mais forneciam modelos interpretativos que dessem conta da nova realidade do mundo do trabalho, mas não se aceitava tal fato, ao contrário, reafirmavam-se estas convicções. Fato é que o discurso sindical baseado no que Boltanski denomina de “obreirismo tenaz”, tinha uma grande dificuldade de adaptar-se ao novo mundo, pois ele era portador de um freio ideológico: a compreensão de que o sindicalismo não precisava resolver os problemas, ao contrário, ele precisava ajudar o “amadurecimento” e a explosão das contradições. Segundo o autor, a grande portadora desse tipo de sindicalismo era a CGT, que hegemonizava o movimento sindical francês do período.

De fato, nas entrevistas que realizei com os dirigentes sindicais bancários no Brasil, verifiquei a existência desse tipo de pensamento. Segundo Deise, militante da CUT: “... *na época da Convergência, o pessoal falava: quanto pior, melhor. E é isso. Quanto pior a relação de trabalho, mais radicalizada fica a base, e se aproxima do sindicato*”.

Também Mané Gabeira da INTERSINDICAL, afirma: “*“sindicalismo classista é isso, “para de 9 horas, você precisa se organizar, de informar e lutar, senão você vai*

perder direitos, porque o patrão precisa ter lucro!” Ao fazer isso, eu acho que você pode não oferecer muita coisa mas você joga um horizonte em que ele se politiza com o tempo, agora quando você mostra um horizonte muito bom, ele fica na perspectiva do que? Na perspectiva do colaborador, do Sindicato Cidadão...e o que resolve?...você tem que ter uma mobilização para questionar a lógica do sistema.””

Mas há uma diferença importante entre o sindicalismo francês e o brasileiro. O francês foi hegemônico durante muito tempo pela CGT, central de orientação comunista, defensora de um sindicalismo classista. No Brasil, essa hegemonia comunista no sindicalismo não ocorreu, sendo ocupada pela CUT (Central Única dos Trabalhadores), de orientação socialista e profundamente influenciada pela esquerda católica. Esta central adotou nos anos 90 uma postura menos “combativa”, buscando um sindicalismo de negociação, o que fez com que os setores “classistas” se tornassem minoritários em seu interior. Atualmente esta central se consolidou na social democracia e no comunismo, como a CGT francesa. Essa dificuldade ideológica apontada por Boltanski no caso francês, é resolvida no Brasil pela adoção de uma postura de negociação por parte da CUT.

Jácome Rodrigues (2011) analisa o processo de formação da CUT que teve origem nas greves do ABC em 1978. Para esse autor, no final dos anos 70 e por toda década de 1980 surge uma nova prática sindical com o movimento grevista e se consolida com a experiência do novo sindicalismo. Este tipo de sindicalismo irá dar origem a CUT e se diferenciava tanto dos comunistas, muito presentes antes de 1964, como dos que dominaram o movimento sindical durante até 1978, os chamados pelegos: “sindicalistas estreitamente ligados ao governo e aos patrões” (RODRIGUES, 2002: 70). Segundo Marcelo, *“Pra precisar, foi uma eleição em 1979, foi quando começa a definir um conceito de Novo Sindicalismo, que você rompe com o Sindicato mais atrelado ao Estado ou ao Partido Comunista, e começa a criar um sindicalismo mais pela base, com a ação direta dos bancários, e essa forma de fazer sindicalismo ganha a eleição, o Gilmar passar a ser Dirigente, junto com o Gushiken, vai ser o braço direito do Lula junto com Tita Dias, que foi vereadora, com o Augusto Campos, que digamos assim, é um guru...”*

Jácome Rodrigues confirma as afirmações de Marcelo:

“... um novo tipo de ação sindical, conhecido inicialmente como novo sindicalismo, em contraposição à atividade sindical vigente no período anterior a 1964” (RODRIGUES, 2002: 44)

E ainda:

“expressão do sindicalismo de massas que se desenvolve no ABC paulista, a prática da CUT, desde o primeiro momento, se diferencia bastante do sindicalismo existente até 1978”. (RODRIGUES, 2002: 33)

Tanto os comunistas, como os pelegos, expressavam um sindicalismo distante do cotidiano direto dos trabalhadores. Segundo Almeida (1992), o novo sindicalismo era uma prática nova, baseada nos temas que surgem da realidade fabril, expressando as demandas vindas dos problemas sentidos pelos trabalhadores nos locais de trabalho. Para essa autora, a razão para o surgimento do novo sindicalismo começa pela busca dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho no cotidiano da produção. Haveria uma sensibilidade para o que acontecia dentro do espaço de trabalho. Já o sindicalismo pré-64, tinha como centro os grandes problemas nacionais, tais como: a reforma do sistema bancário, a reforma agrária, a defesa de um governo nacional-popular, sem confrontar questões inerentes ao movimento trabalhista em sua especificidade.

Segundo Jácome Rodrigues (2011), a razão que explicaria o surgimento do novo sindicalismo seria a busca por melhores condições de vida e trabalho no cotidiano da produção associada à luta por direitos no conjunto da sociedade. O cenário social era de ascenso da classe trabalhadora na cena política, lutas contra autoritarismo e direitos

democráticos nas unidades de produção. Existiam demandas por direitos, uma demanda reprimida por anos de governo ditatorial. Havia uma dupla contestação que se misturava: por direitos nos locais de trabalho, combatendo o autoritarismo das chefias; aumentar o poder da classe trabalhadora frente ao Estado, o que se somava a luta por democratização na sociedade brasileira, realizada por outros setores também.

O autor em questão constrói uma hipótese básica sobre o surgimento do novo sindicalismo: ele seria expressão de uma luta mais geral por direitos de cidadania no interior da sociedade. Assim, o fim último da ação sindical seria a conquista por direitos, tornar os trabalhadores cidadãos. As demandas que se originavam no cotidiano fabril, transpassaram o mesmo, e se constituíram em uma reivindicação de participação da classe trabalhadora na vida política do país. É essa a novidade da argumentação de Jácome Rodrigues, pois este autor não entende o sindicalismo como apenas relacionado à esfera da produção, às questões internas a fábrica. Para ele, o novo sindicalismo está relacionado à busca de cidadania política pelos trabalhadores no interior das instituições do Estado.

Para Jácome Rodrigues (2011), existiam sim mobilizações por melhores condições de trabalho e salários. Mas foi a dignidade dos trabalhadores o ponto central para eclosão grevista no fim dos anos 70, o que o autor chama de “dignidade violentada”. Esta, por sua vez, formou um profundo sentimento de injustiça, exclusão e humilhação, vivenciado individualmente pelos trabalhadores. Aparece então, através do conceito de dignidade, uma dimensão ética, que é explicada pelo autor através da relação do novo sindicalismo com a Igreja Católica, mais precisamente com a Teologia da Libertação.

Segundo o mesmo autor, a Igreja teve um papel relevante na formação do novo sindicalismo, da CUT e do PT. Ela foi um canal de expressão de um sentimento coletivo mais amplo de revolta contra as condições de trabalho a que estavam submetidos amplos setores dos trabalhadores em nosso país e de crítica à ordem política vigente. Existiam diversas organizações católicas ligadas aos movimentos sociais e dos trabalhadores: CEBs (comunidades eclesiais de base), pastorais, como a Operária, a da Terra, grupos de jovens nas igrejas. Essas organizações se capilarizaram nas periferias formando lideranças do movimento sindical, popular e partidário de 1970. Continuaram

formando lideranças nessas regiões, caso, por exemplo, do ex-presidente dos bancários Luís Claudio Marcolino. Segundo Jácome Rodrigues:

“A Igreja Católica, pela sua capacidade de organização junto aos pobres, desempenhou por um largo período, o papel de catalisadora das aspirações populares e, desse ponto de vista, foi das responsáveis pela reorganização do movimento popular e sindical no Brasil depois de 1964”. (RODRIGUES, 2002: 68)

A influência católica ajuda a criar um discurso e prática voltados para formas de ação direta e mais democráticas, para importância das bases e comissões de empresa nos locais de trabalho. Portanto, os valores de uma moral cristã católica estavam presentes, mais do que isso, eles eram formadores da práxis do novo sindicalismo. Jácome Rodrigues traz ainda uma importante afirmação de Eder Sader (1988), que consiste em que essa práxis, somadas aos segmentos de esquerda e um sindicalismo de tons inovadores, possibilitaram o surgimento do novo sindicalismo. Jácome Rodrigues, conclui:

“É essa união entre católicos, esquerda e sindicalistas que aproximará os dois principais grupos responsáveis pela entrada novamente dos trabalhadores na esfera pública: os sindicalistas de São Bernardo e a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo A confluência dessas três correntes (e também suas tensões) desembocará na organização da Central Única dos Trabalhadores, a CUT”. (RODRIGUES: 2002, 69)

Dessa maneira, para esse autor, as grandes greves teriam revelado outro ator que estava excluído do jogo político e que reivindicava sua participação. A movimentação grevista que se iniciou em 78 se espalhou pelo país afora, tornando-se um fato político fundamental na história política brasileira, que transformaria o tabuleiro do poder, trazendo os temas dos trabalhadores para o centro do debate. O novo sindicalismo seria uma novidade na política sindical brasileira, pois estaria voltado àquelas demandas mais propriamente sindicais, trabalhistas, aos temas relacionados às condições de trabalho e salários, bem como das condições de vida dos operários, resgatando a luta por direitos a

partir do local de trabalho. Seria a primeira vez que se coloca o tema dos direitos de cidadania para a classe trabalhadora.

Jácome Rodrigues (2011), apresenta uma segunda hipótese: a fase mais conflitiva entre capital e trabalho se deu entre 1978 e 1988, pois os atores sindicais estariam se integrando ao jogo político. Para ele, a década de 80 representaria um período de construção e sedimentação dos organismos de representação da classe trabalhadora, nos mais variados níveis. A estratégia de conflitos adotada pela CUT no seu início era resultado dessa busca para que os trabalhadores fossem reconhecidos como atores sociais e políticos pelo Estado e outros setores da sociedade. Este novo tipo de sindicalismo expressava uma concepção inovadora: é através do conflito que se chega à negociação. Segundo Almeida:

“... a estratégia de confronto trouxe benefícios para o sindicalismo brasileiro. Especialmente, garantiu-lhe um lugar entre os personagens relevantes da cena pública brasileira e deu projeção nacional à suas principais lideranças”. (RODRIGUES, 2002: 31)

Portanto, o novo sindicalismo foi bem sucedido, conseguindo através da CUT se tornar uma práxis sindical hegemônica no Brasil. Um sindicalismo inovador, voltado para as condições de trabalho, para os direitos do trabalhador, enxergando problemas que o acometiam para além da fábrica, ou seja, como cidadão. É essa concepção que difere bastante da concepção sindical comunista do PCB pré 1964, e também da CGT francesa. Dessa maneira, a cegueira ideológica apontada por Boltanski quanto ao sindicalismo francês, não tem correspondência no caso brasileiro. Mas ainda é preciso explicar como dessa práxis inovadora a CUT chega à postura mais pragmática dos dias de hoje, baseada na negociação. Para tanto, as questões internas são importantes e ajudam a explicar a disposição de forças no tabuleiro político sindical atualmente, bem como, as diferenças entre as correntes políticas que o compõem. Portanto, passo agora para essa discussão.

O TABULEIRO DA POLÍTICA SINDICAL NO BRASIL

Em 1981, acontece a I CONCLAT (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras), na Praia Grande, litoral paulista. Era um encontro dos sindicalistas que faziam oposição aos pelegos, setor que ficaria conhecido por “autênticos”. Neste a divisão política consistia entre dois principais grupos: bloco dos combativos, liderados por Lula e detentores da nova práxis sindical; e Unidade Sindical, setor ligado ao PCB (Partido Comunista Brasileiro). Os impasses entre esses dois setores quanto às questões sobre a estrutura sindical conduziram a separação dos autênticos, no jargão sindical podemos chamar esse fenômeno de “racha”. Segundo Jácome Rodrigues:

“... posições bastante diferentes, que aparecerão claramente por ocasião do I CONCLAT, em 1981- de um lado São Bernardo, liderado por Lula e, de outro, sindicalistas ligados aos partidos comunistas ortodoxos, como Arnaldo Gonçalves do PCB...”. (RODRIGUES, 2002: 72)

A Central Única dos Trabalhadores é fundada em 1983 pelo setor combativo. Isso ocorreu no CONCLAT, realizada em São Bernardo do Campo, ABC paulista. Estavam presentes 5 029 delegados, das quais 1 658 eram rurais e 2 262 eram oriundos de sindicatos urbanos. Definiu-se um plano de lutas dessa central, cujas principais pautas eram: luta contra o desemprego, estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho, sem redução de salário, luta pela extinção da hora extra, luta contra o arrocho salarial, pela defesa dos servidores públicos, defesa das empresas estatais, direito à habitação, reforma agrária radical, lutas pelas liberdades democráticas. Consolida-se uma central dos chamados sindicalistas combativos, aqueles que se contrapunham ao sindicalismo governista dos pelegos (remanescência ainda do período varguista) e também divergiam dos comunistas. No interior dessa nova central diversas tendências de esquerda se acomodam, desde setores católicos até trotskistas e leninistas.

O I Congresso da CUT se realiza em 1984, em São Bernardo do Campo. É um evento onde se afirmam questões importantes, como o engajamento nas “Diretas Já” e luta por uma nova estrutura sindical. Porém, segundo Jácome Rodrigues (2011), os CONCURTs podem ser entendidos como momentos de afirmação e reafirmação da identidade da classe trabalhadora. Seriam momentos simbólicos, de espetáculo, com palavras de ordem. Esta dimensão simbólica pode ser verificada atualmente no movimento sindical, segundo Júlio: *“É como um carnaval, a campanha salarial tem o momento do pico, que é ali que se materializa...”* Marcelo também afirma: *“Você não precisa fazer a greve pra fazer os acordos que têm. A greve... ela vem mais porque os bancários querem pra extravasar, entra um pouquinho da mística, então, foda-se (sic) o acordo. Claro que no final os caras querem um acordo, mas eles estão fazendo a greve pra extravasar. O cara está putô (sic) e vai extravasar, é meio que nem carnaval, período da festa, né...”*.

O segundo CONCURT ocorre em 1986 no Rio de Janeiro, tendo mais de 5000 participantes também. Segundo Jácome Rodrigues esse congresso marca o auge da participação dos trabalhadores rurais, cerca de 35% do total. Foram duas discussões centrais: 1) quanto ao socialismo, pela primeira vez se afirma claramente que a CUT era uma central socialista; 2) sobre as reformas no estatuto. Essas discussões tiveram por consequência a polarização em dois campos políticos internos:

Esquerda Contratualista: representada principalmente pela Articulação Sindical, tendência majoritária e que tinha por bases principais o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e o Sindicato dos Bancários de São Paulo. Esta corrente defendia uma postura de maior negociação na ação sindical.

Esquerda Socialista: representado principalmente pelas tendências CUT pela Base, Convergência Socialista. Tanto a CUT pela Base quanto a Convergência, tinham relações com as correntes da esquerda do PT. A primeira relacionada às tendências Articulação de Esquerda e Democracia Socialista, a segunda ligada a própria Convergência Socialista, que saiu do PT formando o atual PSTU (Partido dos Trabalhadores Unificado). Segundo Ximenes, esse processo também se refletia no interior do Sindicato dos Bancários de São Paulo, segundo ele a oposição era formada *“Pelos setores da Esquerda do PT e setores ligados à Convergência Socialista, que*

depois vira o PSTU. Eu era militante da Articulação da Esquerda, que é uma tendência política dentro do PT.”

Os debates do II CONCUR se estendem para o III, realizado em Belo Horizonte em 1988. A tendência majoritária propõe reformas estatutárias importantes e que acabam sendo aprovadas, quais sejam:

“Os delegados para os congressos regionais e estaduais passariam a ser eleitos nas instâncias máximas de cada entidade sindical, assembleia ou congresso, sem distinção entre diretoria e base. Já para o congresso nacional, os delegados serão escolhidos nos congressos estaduais de acordo com a proporção de um delegado para cada 2000 trabalhadores sindicalizados e observando-se a proporcionalidade entre as chapas concorrentes. Os congressos teriam uma periodicidade de três anos.” (RODRIGUES, 2002: 88)

Segundo Jácome Rodrigues (2011), essas reformas tiveram aspectos organizativos e estruturais, mas também um segundo objetivo não tão claro: diminuir a força da esquerda socialista no interior da central. Assim, no III CONCUR começa um processo de transformação de uma concepção movimentista para uma visão mais organizativa da CUT:

“... o que estava em jogo neste congresso eram duas alternativas para o sindicalismo-CUT: a primeira, da CUT-movimento; a segunda, da CUT-organização. Esta venceu... iniciava-se realmente a implantação da CUT enquanto estrutura verticalizada, administrativa enfim, como uma organização complexa e, nesse sentido, burocrática. É a construção da empresa sindical dotada de racionalidade.”

(RODRIGUES, 2002: 90).

Ainda segundo esse autor, pode-se dizer que o III CONCUR é o fim de uma visão mais conflitiva da central. A CUT estava consolidada, já havia conquistado um espaço político na sociedade brasileira, a radicalidade não era uma estratégia adequada ao novo patamar da central. Todo esse processo teria conduzido a CUT, de uma crítica

radical à estrutura sindical, para uma posição de acomodação a esta. O ímpeto de transformação presente nas greves de 1978 dá espaço a uma posição mais pragmática. Assim, formou-se uma cultura verticalizada, onde o dirigente não precisava ganhar filiados para manter a estrutura sindical, o financiamento já existia de antemão. A importância das bases sindicais diminui, elas passam a ser cifras no jogo político sindical e não atores principais.

O projeto da articulação sindical de uma CUT mais ampla, com relações nos parlamentos, com demais atores da sociedade civil, se consolida. Porém, as disputas internas se acirram, o IV CONCUR em 1988 é palco desses acontecimentos. No ano de 1989, importantes acontecimentos ocorrem: a vitória eleitoral de Collor, representante de um projeto neoliberal; queda do muro de Berlim e derrocada da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas). Somados a estes acontecimentos temos durante a década de 1990, o processo de reestruturação produtiva e a crise do sindicalismo, o que acaba por gerar uma paralisia política da CUT. Jácome Rodrigues afirma que diante desse contexto havia dois aspectos centrais:

- I) A saída para a crise atravessada pelo país teria como pressuposto a parceria entre patrões e empregados, um pacto social.
- II) A mudança na estratégia sindical, um novo padrão de ação. Ao invés do conflito, o diálogo.

Começa o período do neoliberalismo no Brasil, que se estenderá desde o governo Collor até o fim do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso em 2002, ano da vitória eleitoral de Lula e do PT. Os depoimentos por mim realizados serão de grande valia para reconstituição das questões do movimento sindical durante esse período. Eles trazem importantes informações do sindicalismo nos anos 90 e também comparações com os anos 80, o que ajuda a entender as mudanças no tabuleiro sindical.

Segundo Juvândia, a atual presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, afirma que nos anos 90 *“as assembleias eram esvaziadas, por mais que você visitasse os locais, o povo falava que ia, e no dia só tinha cinco, era frustrante, mas tudo bem,*

risos. Hoje você tem assembleias com mil, duas mil pessoas. Claro que na década de 80 você tinha as assembleias de rua, na Praça da Sé, que juntava 10 mil pessoas. Só que você tinha um sistema financeiro mais concentrado, também. Aqui no Centro devia ter isso de bancário, 50 mil bancários”. Deise atesta tal situação: “Outra coisa, no período Fernando Henrique, as assembleias eram muito esvaziadas. Porque a gente tinha uma dificuldade de arrastar o bancário, e não era por falta de chamar. Então as campanhas salariais não eram como são as de hoje” E ainda quando indagada sobre o período: “sindicato...acho que nesse período, Governo Fernando Henrique, ataques ao movimento sindical...”.

Segundo Índio, *“Era um momento muito rico de debates, porque com a ofensiva neoliberal, muita gente sentiu o drama. A queda do muro de Berlim, a própria derrota de 89, então o PT começou a tomar outros rumos”*. Esse dirigente fala sobre o governo Collor e FHC: *“... que o Collor, mas mais o Fernando Henrique, apertou, privatizou o que tinha de banco estadual, e os bancos públicos federais permaneceram, mas foram muito atacados ao longo de toda a década de 90 para tentar adequar eles há uma regra de mercado. Para tentar então preparar eles para uma privatização, e nesses bancos os trabalhadores não conseguiam expressar muita resistência. Não chegou a ter greve.”*. Já Carlão relata uma política do PSDB: *“Olha, o Governo do PSDB tinha um programa de privatização, tinha a dívida do FMI, tinha toda essa questão de privatização. Na nossa relação dos bancos, os bancários do Banco do Brasil e da Caixa, se não me engano, ficaram mais de 10 anos sem reajuste salarial. Só abono, 0 de reajuste. A Caixa tinha o RH 08, qualquer coisa que você se manifestasse, era demitido.”*. Para Ximenes o RH 008 *“era um procedimento que eles podiam demitir o bancário. Eles são concursados e a legislação não permite a demissão desses trabalhadores. Eles criaram esse instrumento pra punir os trabalhadores que enfrentavam internamente o Governo”*. Este dirigente ainda afirma: *“Aí em 2000 o processo de ataque aos bancos públicos devido ao governo Fernando Henrique, foram muito fortes. Você tinha um enfrentamento desse Governo com os movimentos sociais muito forte. Os bancários foram atacados muito com as privatizações, o Governo tinha vendido o BANESPA. E vinham trabalhando pra vender BB e CEF. Isso o Governo do PSDB como um todo”*

Neiva chama à atenção para um processo de “criminalização” dos sindicatos na década de 90: *“... em 91 que começou a ferrar, apertar o cerco, demissão, corte,*

repressão, o bicho pegou (sic). As assembleias começam a ficar esvaziadas, as pessoas ficam com medo de ir pra rua, começa a criminalizar o movimento e tal.” Para ela: “Consequentemente a organização dos trabalhadores ficou bastante comprometida, porque os trabalhadores já pensavam duas vezes antes de entrar numa greve.”

Diante das dificuldades relatadas acima, o movimento sindical buscou novas formas de ação sindical, novas maneiras de atrair os trabalhadores para o movimento. Uma delas é a chamada greve “kinder ovo”. Juvandia explica um pouco esse processo: “*“ E pra nossa categoria era difícil fazer luta, porque as nossas greves eram, a gente chamava de “kinder ovo”, uma modalidade de greve criada, risos, porque era greve surpresa, você não dizia onde ia, porque o trabalhador tinha muito medo de ser demitido. Era um índice de desemprego muito alto. A gente tinha que ir pra porta dos bancos pra parar, os bancários queriam que a gente fosse, mas ao mesmo tempo tinham medo quando a gente ia. “Eu quero lutar, mas não posso lutar””*. Também afirma: “*“... porque a correlação de força estava desigual, nós estávamos enfraquecidos por conta do desemprego alto, do medo das pessoas, então nós fazíamos o “kinder ovo”, ir pra porta do local de trabalho, sem ninguém saber onde é que íamos aparecer naquele dia, parava aquele local. As pessoas queriam participar, mas tinham medo, não sabiam se iam... ””*”.

Segundo Índio: “*Ao longo da década de 90, nos primeiros anos, nós não conseguíamos fazer greves fortes, eram greves localizadas, em bancos localizados...no entanto ao longo da década de 90... e as greves passaram a ser de fora pra dentro, inventou o nome... Greve kinder ovo, greves surpresas, ninguém sabia, a gente chegava, ia lá e parava”*. Também afirma que “*o setor publicou ficou com seus salários congelados e o setor privado até por conta da sua lucratividade e suas manifestações em frente às agências, os kinder ovo, se conseguiu um grau de perder menos. Do ponto de vista econômico, você garantiu minimamente, ainda que o patrão tirasse de outra forma, demitindo, tercerizando... ganhando com o processo de fusão, centralização.”*

Índio realiza uma importante análise da categoria: “*Esse processo permitiu algum grau de negociação, mas ele também ajudou num processo de deseducação da categoria.”* Ainda diz: “*A esse processo de fragmentação do trabalho parcial, formal, informal, se somou outra crise, que é a fragmentação política no Brasil, a dispersão do*

movimento sindical. Primeiro já na década de 90, os sindicatos ao longo dos anos 80, ele tinha ainda luta coletiva, a CUT tinha esse papel. Com os ataques e com todas essas mudanças do toyotismo e da acumulação flexível, o Sindicato se volta pra sua própria categoria pra tentar dar uma resposta. Então já há um processo de despolitização, você se volta pra uma pauta muito específica”.

No depoimento de Deise essa despolitização também é citada, aparece na dificuldade de atrair os trabalhadores com um discurso mais político:

““ E eu queria fazer um debate político com os trabalhadores. O Donizete, que ia com as brincadeiras dele, o Donizete era muito engraçado, era malandro que só, ele dava uns perdidos... eu pegava no pé dele: “Donizete, você foi resolver problemas pessoais na hora do expediente”, só sei que pra compensar ele trazia um monte de sindicalização, ele trazia um monte de gente pros cursos de formação. E num discurso completamente despolitizado, né... Então eu que estou desconectada com a base, a gente percebia que o discurso mais ideológico não conseguia levar gente, mas em compensação o jeito do Donizete, completamente despolitizado conseguia mobilizar pessoas””.

O sindicalismo continuou se mobilizando contra essa situação difícil, existiram conquistas no período, porém, mesmo elas foram seguidas de uma grande repressão. Segundo Neiva, *“em 92 a gente conseguiu o Acordo Coletivo Nacional, fazer com que a nosso acordo, nosso piso, toda conquista fosse nacional... só que com o passar do tempo, todos os cabeças foram mandados embora. Esse colega que me sindicalizou, o Renê e outros que estavam mais atuantes... a gente teve os dias descontados, e teve uma repressão forte. Começa uma repressão forte em cima do movimento sindical, por conta das políticas neoliberais, por conta de toda o contexto que a gente tava inserido”.*

A partir de 1993 a CUT começa a buscar um sindicalismo que ultrapasse seus limites tradicionais buscando apoio de outros movimentos sociais, como ONGs, entidades representativas, movimentos de bairro, associações profissionais, poder público e até empresas. O objetivo dessas parcerias era desenvolver políticas públicas para atender os trabalhadores e cidadãos em geral. Portanto, o sindicato passa a ser um formulador de políticas públicas e formador de cidadania. Segundo o autor:

“o sindicalismo da CUT procurou reparar a diminuição de seu poder de barganha e pressão política advindos da globalização e do neoliberalismo através da adoção das taxas de emprego, de geração de renda, saúde, moradia e assim por diante. Essas eram as preocupações centrais das políticas de sindicalismo cidadão, ou seja, possibilitar aos sindicatos a conquista de novos espaços institucionais que atuariam como revigorantes para o movimento sindical” (2007: 20, 21).

Índio identifica em seu depoimento a construção da noção de sindicato cidadão, mas também pela negação ao classismo: *“Vivi todo o início desse processo, inclusive algumas coisas que levantei no início da conversa, que fala do Sindicato na década de 90, de achar que era impossível resistir e enfrentar, essa formulação de Sindicato Cidadão surge ali... Naquele momento era pra negar o classismo, quando veio o neoliberalismo, essas novas formas de gestão do trabalho, essa individualização do problema e o fim do fordismo”*.

Os anos 90 são marcados por um movimento sindical acuado diante da reestruturação produtiva e do alto desemprego. As políticas neoliberais questionavam todo espaço social que os sindicatos conquistaram desde as greves de 78 e consolidaram na década de 80. Enfraquecidos, os sindicatos começaram a ser questionados na sua legitimidade representativa, existindo o fortalecimento da ideia de negociação direta entre trabalhador e empresa. Essa situação somente se transforma com a eleição de Lula em 2002. Segundo Juvandia: *“Mas uma das primeiras medidas é revogar a RH 008, que demitiu todo mundo, pra reintegrar essas pessoas, demitidas no Fernando Henrique. O BB e a Caixa, não recebia pauta de reivindicação, entregava pro porteiro na garagem, nem da garagem passava. E a partir daí, eles passam a sentar na mesa de negociação da FENABAN e a pauta ser entregue pros bancos. Você passa a ter pauta, negociação”*.

Sobre Lula, a presidente dos Bancários afirma: *“é que nos anos 2000... 2003, com a chegada do Lula no Governo. Olha a greve de 2003. Até 2002, 2001... as assembleias tinham 400 pessoas, eram totalmente esvaziadas, em 2003 passaram a ter 2 mil pessoas. O Banco do Brasil, a Caixa, que não tinham um monte de coisa,*

retomam os direitos aqui... não tinham vale alimentação, retomam. Não tinham PLR. A categoria já tinha conquistado desde 1995, aí você unifica a Campanha...” Adriana Oliveira também retrata a eleição de Lula como marco de melhorias para o movimento sindical no Brasil: *“A gente tinha uma estratégia de unificar a categoria, e unificou, porque a gente tinha Campanhas Salariais separadas, agora não. Bancos privados uma campanha, Banco do Brasil e depois Caixa. E depois do Governo Lula não, foi uma mesa única. Isso foi muito importante, porque os bancários de banco público vinham nos auxiliar a paralisar as agências de banco privado.”*

As greves voltaram a acontecer no governo Lula, diferente dos anos de FHC quando eram raras e reprimidas. Segundo Neiva: *“A partir de 2004, quando o governo Lula... 2003... todos os anos a gente faz greve, principalmente na CEF na época do Fernando Henrique, eles ficaram 10 anos sem aumento de salário. Eles só tinham o abono, e o Fernando Henrique reprimiu fortemente qualquer organização sindical no local de trabalho.”* Ainda: *“2004 foi toda a categoria... É, 30 dias de greve, foi pauleira. Fazia muito tempo que não tinha movimento de massa desse jeito. A gente pensava “Lula? Vamos pegar e tirar 10 anos do atraso” e voltamos a movimentar as coisas.”*

Segundo Neiva, direitos e auxílios foram conquistados durante os dois mandatos de Lula: *“A gente fechou novas cláusulas na nossa Convenção Nacional, por exemplo, 13ª cesta alimentação, como se fosse uma cesta de natal. Isonomia entre casais homoafetivos... a gente conseguiu aumentar a participação nos lucros, conseguimos uma cláusula inédita, que é a de combate ao assédio moral”.* Carlão afirma que o sistema público foi fortalecido com Lula, o que difere da política neoliberal dos anos 90: *“houve uma mudança de fortalecimento do sistema público com o Governo Lula, a contratação de servidores federais, tanto que a mídia falou que estava inchando a máquina. Não é... o papel do Estado é dar qualidade no atendimento e não ter lucro. O papel é investir na máquina...”*. Mesmo os dirigentes da INTERSINDICAL concordam que a eleição de Lula representou uma melhoria para o movimento sindical brasileiro, segundo Índio: *“Nos últimos anos a gente vê num processo um pouco diferente, particularmente à chegada do PT ao poder, nós tivemos greves todos os anos”.*

As afirmações de Jácome Rodrigues (2011) sobre o movimento sindical na década de 80, como uma geração que tinha por objetivo reconquistar para os trabalhadores lugar de ator político na sociedade brasileira, se mostra com ênfase nos depoimentos. A comparação entre o movimento sindical atual com aquele realizado nos anos 80 é feita por todos (as) entrevistados (as), sejam eles da CUT ou INTERSINDICAL, homens ou mulheres, jovens ou mais velhos, negros ou brancos. Isso mostra a relevância daquele período para o sindicalismo brasileiro, sendo uma referência política dos trabalhadores.

Nesse sentido, Adriana Oliveira compreende *“que a geração da década de 80 tinha uma discussão a fazer também sobre modelo de sociedade, não tinha caído o Muro, né, as pessoas discutiam mais o modelo de Estado, sociedade, de participação, eu não sei se isso ficou fora de moda, na América Latina, todo o processo neoliberal fez com que se ascendesse Partidos de Esquerda pra se contrapor à política que o neoliberalismo mostrou que não era eficiente. Mas também as demandas são muito diferentes da década de 80... Hoje um dirigente tem que fazer de tudo um pouco, tem que saber sobre saúde, previdência, os bancos mudam muito também, remuneração variável...”*.

A luta geral por democracia na sociedade brasileira, a fundação da CUT e do PT, são relatadas por Adriana Oliveira como pautas centrais do período de 1980, confirmando as hipóteses de Jácome Rodrigues mais uma vez. Segundo Adriana: *“Sim e também pela mudança histórica, né... Lutamos pela democracia, ela veio. Fundou o Partido, CUT, Sindicato, criar essa... Fortalecer a ideia de classe operária, disputas... Está elegendo um monte de parlamentar petista, o Lula foi eleito... a CUT é a 5ª maior central sindical do Br. Aí temos que pensar sobre várias coisas...”*.

O conceito de Sindicato Cidadão formado na década de 90 se cristaliza na CUT, tornando-se hegemônico no interior dessa central. A compreensão dos dirigentes cutistas sobre a definição e função de um sindicato é imersa nessa concepção cidadã. Este discurso de cidadania que veio como resposta a crise dos sindicatos a partir de 93, perdura como um paradigma no interior da CUT. Luis Claudio afirma que sindicato *“é hoje um instrumento de manutenção e ampliação do direito dos trabalhadores... tem que ser um instrumento de negociação para fora, também, então conseguimos negociar*

com o Governo Federal questão do salário mínimo, redução do Imposto de Renda, estrutura que nós montamos de comunicação, e temos que ter o olhar social, porque o trabalhador usa o transporte, educação, ele tem que ter uma saúde de qualidade, então o que os bancários ganham... eles têm que pagar faculdade pros filhos, gastam gasolina... Então o sindicato discute isso, até a questão habitacional, que nós criamos a Cooperativa Habitacional, temos lá uma Cooperativa de Crédito. Temos representantes no Parlamento: Vereadores, Deputados Estaduais, Federais... Então o sindicato tem que ter papel corporativo, mas ele tem que ter também um olhar social pra melhor aplicação dos recursos públicos para a sociedade. Resumindo, sindicato é isso...”

A atual presidente dos Bancários de São Paulo também fala sobre o sindicato como formador de cidadania, com preocupações mais amplas do que as questões salariais, citando inclusive, a necessidade da preocupação com conscientização eleitoral dos trabalhadores: “... não adianta, você não vai resolver a vida do trabalhador só na mesa de negociação. Esse trabalhador é um cidadão, vive numa Cidade, num Estado, num País. Se eu não ajudar a mudar isso, não vou mudar nunca a vida do trabalhador. Não posso, também, só olhar pra categoria, nós não somos ilha. Se nos comportamos como ilha, uma hora nós vamos ser comidos pela beirada.”

Juvandia afirma que sindicato “é um agente pra fazer a transformação da sociedade. Não sei se eu estaria no sindicato se fosse pra fazer só campanha salarial pra bancário, entendeu? Se não servir pra transformar e agir num sentido mais amplo, se ele não for uma coisa maior, e ele é, ele tem que transformar a consciência, formar o cidadão, transformar o trabalhador, se ele não servir pra isso, acho que ele não cumpre o seu papel.”. Conclui essa discussão afirmando que “é exatamente por isso, porque a gente não olha o trabalhador só pra negociar salário, claro que isso é importante, negociar as condições de trabalho. Mas se você não falar pra ele olhar pro País, prestar atenção em quem ele vota, enfim... pra família dele, que essa sociedade é injusta, que não é justo que muitos ganhem pouco e que poucos ganhem muito.”.

No depoimento de Carlão, atual secretário jurídico dos Bancários de São Paulo, fica notória a ideia de um sindicato para além das questões salariais, com preocupações mais amplas, gerais: “Acho que o sindicato vem, pelo menos essa casa aqui tem o

princípio que não basta só fazer sindicalismo pra verbas salariais, tem que ter o conjunto total. Fazer com que o trabalhador invista na educação, a gente faz parceria, tem a faculdade que está saindo agora... Pra dar formação, cidadania pro cara”. Também afirma: “A gente chama de Sindicato Cidadão, acho que foi uma grande sacada, não estamos só dentro do banco, tem o Projeto Travessia, tinha apoio de banco, que antigamente o Banco de Boston tirava os mendigos aqui do Centro, as crianças, drogados, pessoas que estavam sem família...vai além, a gente faz intervenções no Governo, a gente discute saúde, e não só pro trabalhador. A gente discute no Ministério do Trabalho, a gente faz pauta pro Congresso... temos Deputados”.

Carlão ainda traz em seu depoimento uma questão muito interessante e polêmica quanto a comparação do sindicalismo atual com o movimento histórico da década de 80. Enquanto todos os outros entrevistados expressavam certo saudosismo e admiração pelo sindicalismo da década de 80, Carlão afirma o contrário. Para ele, o processo iniciado nos anos 90 com o sindicalismo cidadão trouxe melhorias significativas para o movimento, tornando os sindicatos atuais mais profícuos: “... O sindicato não fica atrasado, como era nos anos 80, só a questão de greve, greve e greve. A gente tem o princípio do diálogo, da negociação, acho que isso é importante porque não é na porrada que você vai convencer nem o banco e nem os trabalhadores. Risos. A gente trabalha com o convencimento coletivo, mostrando o que nós somos, o que nós queremos, e também o que o banco quer. O banco quer cliente, poder, domínio. Nós queremos ter nossa saúde em dia, nosso salário, qualidade de vida, no trabalho e na vida social também. Acho que esse é o grande projeto do sindicato, fazer esse tipo de discussão com a sociedade. A inserção do sindicato é no ano todo, não só nas campanhas salariais, esse é o compromisso” Carlão também afirma: “Acho que sim, é uma transformação, porque se a gente pegar dos anos 80, eu não era do sindicato, mas a única coisa que a gente ouvia era greve, greve e greve. Hoje não, dos anos 90 pra cá o sindicato vem colocando mais conquistas pro trabalhador, vale alimentação, vale refeição, a questão do convênio médico, aposentadoria.”

É importante dizer que o Sindicato Cidadão não pode ser confundido com uma proposta assistencialista, ele está centrado na questão dos direitos. Sobre isso Índio, dirigente da INTERSINDICAL e crítico a essa noção, esclarece: *“A dimensão de quem defendia, quem sempre foi incentivador disso na CUT, era um sindicato que presta serviço. Então, qual era a ideia? O trabalhador precisa de ter casa, então o sindicato precisa se preocupar com moradia...não tem uma tradição assistencialista, na forma como o sindicalismo getulista no Brasil tem, de ter médico, colônia de férias, dentista, substituir o papel do Estado. Nesses últimos 20 anos, também era uma propaganda, uma forma de interlocução com a categoria.”*

Porém, o sindicato cidadão não é um consenso no movimento sindical. As correntes mais à esquerda criticam essa noção, defendendo um sindicato com viés mais classista. No fundo, a divergência está na questão ideológica, a crítica ao sindicato cidadão vem na compreensão de que ele representa uma posição que não se refere mais à classe social e sim, à cidadania. Portanto, uma adaptação ao status quo e não uma posição revolucionária. Não formaria contraponto aos patrões, ao contrário, seria um símbolo de uma aproximação com as empresas. Segundo Índio, *“porque eu acredito que o Sindicato é de classe, portanto não é cidadão. A contraposição a isso é o sindicato classista...”*. Ainda afirma: *“A identidade não é mais pela sua localização na produção, o sindicato flertava muito com essa coisa de cidadão... acontece que o cidadão é uma categoria de análise que, uma das poucas, que iguala o patrão ao trabalhador, né? Direitos e deveres, então na hora que vai votar, todos são cidadãos, eleitor, ele é igual. Nesse aspecto o Sindicato Cidadão é ruim, deseduca e não forma um enfretamento... Ele esvazia um pouco o conteúdo contestatório do Sindicato”*.

Mané Gabeira, dirigente histórico da CUT e do Sindicato dos Bancários, o problema dessa noção cidadã seria o fato dela retirar o movimento de seu eixo principal: o conflito de classes. Para esse dirigente: *“Acho que é o sindicalismo feito com a perspectiva de discutir uma trégua com o capital, aonde você desvincula os trabalhadores do conflito. Você diz que é possível resolver as coisas, e com isso, você retira o sindicato da sua tarefa principal que é a defesa das reivindicações concretas, e*

uma politização histórica. Fica dizendo que tem que discutir meio ambiente, educação... Não que não seja importante, mas o Sindicato não pode abrir mão do papel central, que é a discussão da organização do trabalho e a perspectiva histórica, que é o enfraquecimento e derrota do capitalismo. Não haverá melhores condições de trabalho em cima do capitalismo... você tem que ter uma mobilização para questionar a lógica do sistema.” Edilson também expressa essa visão: *“O sindicato é pra fazer movimento, pra fazer luta e pra fazer a classe trabalhadora ganhar consciência. Com esse sindicalismo cidadão vira uma coisa muito acomodatória, um sindicalismo reativo e não propositivo, só econômico-corporativo. Nunca dá um salto pra questão política. Nunca dá um salto pra dialogar com outros países ou com os desempregados... Então isso pra mim é um atraso”*.

Essa diferença foi o estopim para que setores da antiga esquerda socialista saíssem da CUT formando uma nova Central, baseada na defesa do socialismo e de um sindicato mais classista. Segundo Edilson: *“Agora a concepção sindical da direção majoritária em SP, é do sindicato cidadão, a qual a minha frente política se opõe frontalmente. Isso foi um dos motivos pelos quais saímos da CUT em 2005, que é um sindicalismo de negociação sempre com o capital...”*. Segundo Mané Gabeira: *“Terminamos por sair da CUT e o nosso setor hoje que é hegemônico hoje pelos companheiros do PSOL, decidimos criar a Intersindical, que ainda não é uma Central, mas ela tem por objetivo construir uma central, que, no nosso entendimento tenha por objetivo o socialismo, sem ficar debatendo como ele vai ser formado mas tenha um horizonte socialista”*.

A Intersindical tem origem em um racha à esquerda na CUT, de setores ligados principalmente à antiga CUT pela Base. Também durante o governo Lula, há outros dois rachas na CUT formando outras duas centrais sindicais: A CONLUTAS, originada da Convergência Socialista, ligada ao PSTU; e a CTB (Central dos Trabalhadores do Brasil), ligada ao PC do B. Segundo Mané Gabeira: *“E aí se de um lado temos divergência com o pessoal do PT, que a gente acha que eles não são mais socialistas, ele têm hoje uma visão, digamos assim, social democrata... É... Nós também hoje temos uma divergência que é estratégica com os companheiros do Conlutas, porque achamos que eles têm uma visão do movimento muito partidária. Onde a autonomia e a independência em relação aos Partidos é muito frágil, achamos que o Movimento tem*

que ser bem maior e agregar pessoas que não estão nem na discussão partidária. E aí juntando os companheiros como o MST, todos os movimentos sociais...” Ximenes também fala sobre esse assunto, mas se referindo a política interna do setor bancário: “no ano de 2005 o Sindicato faz nova eleição pra renovar a Diretoria. Os companheiros da Convergência Socialista, PSTU, deixam a composição, e nós, que éramos o campo de esquerda dentro do Sindicato, passamos a incorporar a Intersindical, que vamos construindo a partir desse período”.

A formação das novas centrais tem total relação com a formação de novos partidos políticos no período. Essa relação já foi discutida por Rodrigues (2002) quanto à CUT, e se mostra precisa na nova composição do tabuleiro político sindical do Brasil. Em seu depoimento, Índio retrata muito bem essa relação: *“Então participar de um sindicato é muito importante, mas ele é restrito, tem limites, participar do sindicato, mas também de um partido político que pudesse aglutinar um projeto maior”. A INTERSINDICAL é então uma Central Sindical com clara relação com o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) fundado em 2003, de uma dissidência do PT devido a Reforma da Previdência no Governo Lula. Índio confirma essa afirmação: “Ah... de 97 a 2003... 2005... 2005. Fui da Executiva Estadual. Em alguns momentos fui da Direção Nacional, enfim... Fui do PT até 2004, 2005... Enfim... E desde 2005, ao sair da CUT, fui uma das pessoas que ajudou, reunindo com outras categorias a construir a Intersindical, que é um instrumento que aglutina diversos sindicatos, setores, categorias pra atuar nesse processo de atuação sindical que o Brasil vive. E ao sair do PT fui militar no PSOL”.*

Algumas falas dos dirigentes da INTERSINDICAL são importantes para compreender as concepções dessa nova central. Certos elementos divergem bastante da CUT, como ficou claro acima. Porém, outros pontos são muito próximos da concepção histórica cutista, o que é compreensível uma vez que esses militantes participaram da formação e constituição dessa central. Portanto, apesar de afirmarem o classismo, é notório que carregam a nova práxis que caracterizava a CUT em seu início, segundo Índio: *“O Sindicato tem que se preocupar com todas as dimensões da vida do*

trabalhador, e é assim que ele surge”. A dimensão dos direitos aparece fortemente, para Mané Gabeira sindicato “é um instrumento de resistência dos trabalhadores, que tem seus erros e acertos... E hoje na nossa categoria, sem sombra de dúvida, nossos Sindicatos, são os grandes responsáveis para que nós tenhamos uma série de direitos e conquistas. Se não fosse os Sindicatos, já teríamos perdido, como estão perdendo – em alguns momentos – porque o Sindicato tem resistido e questionado politicamente... No meu entendimento, são organizações importantes”.

Mas quando os dirigentes da INTERSINDICAL afirmam a necessidade de uma politização para além do cotidiano e reforçam a vinculação do sindicato com o socialismo, se aproximam claramente do campo classista, ficando mais próximos a CONLUTAS. Segundo Índio: *“O movimento sindical tem que contribuir na medida em que ele tem que politizar e não só fazer a luta cotidiana. Eu acho que é nessa politização que nós queremos aperfeiçoar a Intersindical”.* Sobre o socialismo: *“Continua sendo uma escola de luta, formação política, onde o trabalhador aprende a se relacionar com o companheiro, a ter uma experiência de luta, enxergar e analisar a situação. Quando ele pode avançar, recuar, quando pode fazer greve, deveria ser mais uma escola de socialistas. Eles vão e depois saem da categoria e vão participar de outras esferas da sociedade, particularmente dos Partidos”.*

Índio expressa bem essa posição intermediária na seguinte passagem: *“o Sindicato não é um instrumento de transformação, ele é um instrumento de reforma. É papel dos socialistas insistir e esticar ao máximo isso, mas você não derruba o capitalismo através da luta sindical, mas sim uma luta política”.* Dessa maneira, compreendo que a INTERSINDICAL tem posições que se assemelham às da CUT, e outras que se aproximam mais às da CONLUTAS, estando no tabuleiro político sindical atual, situada entre essas duas centrais.

Elaborei um quadro do movimento sindical brasileiro baseado na divisão entre suas principais tendências e grupos desde 1978. Nele se destaca o novo tabuleiro político sindical formado com as novas centrais originadas dos rachas da CUT. Esclareço que durante os períodos existem grupos que não foram citados, pois coloquei

dentro de cada período os grupos políticos mais relevantes para minha análise. O quadro segue como anexo após as referências bibliográficas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Crise econômica e organização de interesses: estratégias do sindicalismo brasileiro nos anos 1980. Tese de livre docência. Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, 1992.

BOLTANSKI, L. & Chiapello E. Le nouvel esprit du capitalisme. Paris: Gallimard, 1999.

RODRIGUES, Iram Jácome. Prefácio à segunda edição in Sindicalismo e Política: a trajetória da CUT (1983-1993), 2 Edição, São Paulo: LTr, 2011.

SADER, Eder. Quando os Novos Personagens Entram em Cena. São Paulo, Paz e Terra, 1988.

ANEXO:

